

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

EDITAL EQT Nº 2/2023



**ATUAÇÃO EM AUDITORIA
INDEPENDENTE NAS INSTITUIÇÕES
REGULADAS PELA COMISSÃO DE
VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)**

Tarde

Tipo 2 - VERDE

Organizadora:



QUESTÕES OBJETIVAS**Questão 01**

O Código de Ética Profissional do Contador, aprovado por meio da NBC PG 01, tem por objetivo fixar a conduta do contador no exercício da sua atividade e assuntos relacionados à profissão e classe. Em relação ao valor dos serviços profissionais, a referida norma destaca que, nas propostas para a prestação de serviços profissionais, devem constar, explicitamente, todos os serviços cobrados individualmente, o valor de cada serviço, a periodicidade e a forma de reajuste. São itens que devem ser considerados na definição de valores nas propostas de prestação de serviços profissionais conforme a NBC PG 01:

- I. O tempo que será consumido para a realização do trabalho.
- II. A possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços.
- III. O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.
- IV. A peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente.
- V. O local em que o serviço será prestado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, III, IV e V, apenas.

Questão 02

Diante de um processo de reestruturação em seu escritório, determinado contador tomou a decisão estratégica de transferir, parcialmente, a execução dos serviços de seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica. Essa mudança visa otimizar a eficiência e a produtividade da equipe, permitindo que o contador concentre sua *expertise* em tarefas mais estratégicas. De acordo com a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, que tem por objetivo fixar a conduta do contador, assinale a afirmativa correta.

- A) A atitude do contador é uma transgressão de preceito do Código de Ética Profissional do Contador, constituindo infração ética, punível com a aplicação da penalidade de advertência reservada.
- B) A atitude do contador é vedada pelo Código de Ética Profissional, que proíbe o profissional de assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem alheio à sua orientação, supervisão ou revisão.
- C) A atitude do contador é proibida de acordo com o Código de Ética Profissional, que não permite a transferência parcial da execução dos serviços de seu cargo a outro profissional, mesmo que mantenha como sua a responsabilidade técnica.
- D) A atitude do contador é permitida de acordo com o Código de Ética Profissional, que assegura a possibilidade de transferir, parcialmente, a execução dos serviços de seu cargo a outro profissional, desde que mantenha como sua a responsabilidade técnica.
- E) A atitude do contador é vedada pelo Código de Ética Profissional, pois configura concorrer, no exercício da profissão, para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la, quando da execução dos serviços para os quais foi expressamente contratado.

Questão 03

Um jovem contador recém-formado, em uma pequena cidade do interior, decidiu divulgar seus serviços por meio de publicidade dos serviços contábeis, realizando uma ação publicitária através de suas redes sociais, destacando sua capacitação e experiência profissional em contabilidade, comparando a qualidade dos seus serviços com os demais colegas de profissão, bem como enaltecendo a qualidade dos seus trabalhos. Adicionalmente, o contador apresentava como diferencial ser o único profissional a garantir restituição integral de imposto de renda. De acordo com a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, assinale a afirmativa correta.

- A) A atitude do contador está correta, pois atende ao Código de Ética Profissional que, em relação à publicidade, estabelece apenas que deve ter caráter meramente informativo, ser moderada e discreta.
- B) O contador agiu corretamente ao realizar a divulgação de seus serviços e vantagens competitivas, tendo em vista que o Código de Ética Profissional do Contador não normatiza os aspectos relacionados à publicidade dos serviços contábeis.
- C) A atitude do contador é uma transgressão de preceito do Código de Ética Profissional, pois é vedado realizar publicidade, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, dos serviços contábeis, sendo considerado concorrência desleal.
- D) A atitude do contador está correta, sendo permitida de acordo com o Código de Ética Profissional, que admite divulgar em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e suas vantagens competitivas.
- E) A atitude do contador é uma transgressão de preceito do Código de Ética Profissional do Contador, pois é vedado efetuar ações publicitárias ou manifestações que ofendam a reputação da ciência contábil, da profissão ou dos colegas, dentre as quais: fazer afirmações desproporcionais sobre os serviços que oferecem, sua capacitação ou sobre a experiência que possui; fazer comparações depreciativas entre o seu trabalho e o de outros; e, desenvolver ações comerciais que iludam a boa-fé de terceiros.

Questão 04

Um contador trabalha em certa firma de auditoria e foi designado para conduzir a auditoria anual de uma grande empresa do ramo industrial. Durante o processo de auditoria, ele identifica irregularidades significativas nas demonstrações financeiras da empresa, que indicam possíveis fraudes contábeis. O contador discute tais descobertas com sua equipe de auditoria e com a alta administração da empresa cliente, que se mostra preocupada com as implicações financeiras das irregularidades e solicita ao contador que omita as descobertas da auditoria em seu relatório final, alegando que isso afetaria negativamente o valor das ações da empresa. Nessa situação, devido à quebra de confiança, o contador decidiu se afastar da condução do caso e repassar o trabalho a outro profissional. Com base na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador a respeito da postura do profissional, assinale a alternativa correta.

- A) O contador deve discutir as descobertas com seu superior na firma de auditoria e seguir suas instruções, mesmo que isso envolva omitir as irregularidades no relatório final e permanecer no caso.
- B) O contador, ao se afastar do caso, deve reportar imediatamente as irregularidades à mídia, independentemente das instruções da alta administração, visando não lesar os investidores da empresa.
- C) O contador não deveria se afastar do caso, mas sim seguir as instruções da alta administração da empresa e omitir as descobertas da auditoria no relatório final, a fim de evitar impactos nas ações da empresa no mercado.
- D) O contador deve, ao decidir se afastar da condução do trabalho de auditoria, repassar todas as informações levantadas ao profissional que irá substituí-lo, contribuindo com o desempenho das funções que ele passará a exercer.
- E) O contador pode permanecer no caso e concordar em omitir as descobertas temporariamente, desde que a alta administração da empresa cliente se comprometa a corrigir as irregularidades antes do próximo período de relatório.

Questão 05

A NBC PO 900, que aborda a independência em contextos de asseguarção que não sejam auditoria e revisão, exige que a firma estabeleça políticas e procedimentos destinados a garantir adequadamente que ela, seus membros e, quando aplicável a outras partes sujeitas a requisitos de independência, mantenham a independência exigida pelos padrões éticos pertinentes. De acordo com a NBC PO 900, a independência compreende:

- A) independência de conduta e independência de conflito.
- B) independência de conflito e aparência de independência.
- C) independência de conduta e aparência de independência.
- D) independência de pensamento e independência de conduta.
- E) independência de pensamento e aparência de independência.

Questão 06

A NBC PA 11 trata da revisão externa de qualidade pelos pares e dispõe que, ao final do trabalho, o revisor deve elaborar um relatório, a ser apresentado ao Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade (CRE), dispondo sobre a conformidade ou não do sistema de controle de qualidade existente em trabalhos desenvolvidos pelo revisado. A respeito dos tipos de relatórios definidos na NBC PA 11, analise as afirmativas a seguir.

- I. O relatório de revisão de sistema de qualidade adequado é indicado quando não forem identificadas deficiências que demonstrem que o relatório do revisado contenha erros e/ou descumprimentos de normas de auditoria aplicáveis no Brasil, bem como padrões profissionais aplicáveis.
- II. O relatório de revisão de sistema de qualidade com deficiências é indicado quando o sistema de controle de qualidade do revisado não é adequadamente projetado para fornecer à empresa uma garantia razoável de desempenho e relatórios de acordo com padrões profissionais em todos os aspectos relevantes.
- III. O relatório de revisão do sistema de qualidade inadequado é indicado quando há ausência de um ou mais quesitos nos manuais de qualidade da firma de auditoria que descrevam políticas e procedimentos a serem adotados pelos membros da equipe no planejamento, execução e conclusão dos trabalhos de auditoria, conforme requerido pelas normas vigentes.
- IV. O relatório de revisão do sistema de qualidade com limitação de escopo ao trabalho do revisor é indicado quando o profissional não tem condições de concluir a revisão e/ou capacidade de o revisado reportar segundo as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e padrões profissionais em todos os aspectos relevantes.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) III e IV, apenas.

Questão 07

A firma de auditoria X é uma empresa estabelecida no mercado há vários anos e possui uma carteira diversificada de clientes. No entanto, um cliente em particular, a Empresa Z, tornou-se responsável por grande parte da receita da firma de auditoria. Sabe-se que os honorários gerados pela Empresa Z no último ano representam cerca de 40% do total de honorários da firma. A Empresa Z é uma grande empresa do setor industrial, sendo conhecida por seu prestígio no mercado. Os honorários gerados por tal cliente são significativos para a firma, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Com base na NBC PA 400 – Independência para trabalho de auditoria e revisão e, ainda, considerando a situação hipotética, é correto afirmar que a firma de auditoria X

- A) deve encerrar imediatamente sua relação com a Empresa Z, a fim de eliminar qualquer ameaça à independência.
- B) deve aumentar ainda mais seu faturamento com a Empresa Z, buscando oferecer serviços adicionais para maximizar sua receita.
- C) não precisa tomar nenhuma medida adicional, uma vez que tem um relacionamento sólido com a Empresa Z e os honorários gerados são importantes.
- D) deve avaliar a ameaça de interesse próprio ou de intimidação criada pela dependência na Empresa Z e adotar medidas como aumentar a sua base de clientes para reduzir tal dependência.
- E) deve continuar a prestar serviços de auditoria para a Empresa Z e contratar um revisor apropriado que conheça o trabalho de auditoria para revisá-lo e atestar quanto à dependência no cliente de auditoria.

Questão 08

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 701, a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente visa tornar o relatório de auditoria mais informativo ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada, podendo fornecer aos usuários previstos das demonstrações contábeis uma base para obtenção de informações adicionais com a administração e com os responsáveis pela governança sobre determinados assuntos relacionados à entidade, às demonstrações contábeis auditadas ou à auditoria realizada. Assim, considerando a importância da comunicação dos principais assuntos de auditoria, analise as afirmativas a seguir.

- I. A comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor ocorre no contexto em que o profissional formou sua opinião sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto; tal comunicação, contida neste relatório, não substitui a divulgação, nas demonstrações contábeis, requerida que a administração o faça, conforme a estrutura aplicável de relatórios financeiros.
- II. Os principais assuntos de auditoria são aqueles que foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis nos últimos cinco exercícios sociais da entidade auditada.
- III. Se o auditor modificar a opinião no seu relatório, por exemplo, quando concluir, com base na evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis como um todo apresentam distorções relevantes, a comunicação dos principais assuntos de auditoria substitui a emissão de uma opinião modificada por parte dele.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 701, que dispõe sobre a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 09

Considerando exclusivamente a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 570, que dispõe sobre a continuidade operacional, se as demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando a base contábil de continuidade operacional, mas, no julgamento do auditor, tal uso é inapropriado, o auditor, em seu relatório, deverá expressar opinião:

- A) Adversa.
- B) Favorável.
- C) Transitória.
- D) Sem ressalva.
- E) Com abstenção.

Questão 10

Uma entidade com atividade preponderante no setor industrial, constituída sob a forma jurídica de sociedade por ações com capital aberto, apresentou, no trimestre encerrado em 30/06/2023, sua Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como parte das suas demonstrações contábeis divulgadas. Na DVA apresentada constavam as seguintes informações:

Descrição	R\$ em 30/06/2023
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	- 3.420.000,00
Receitas relativas à construção de ativos próprios	1.000.000,00
Resultado de equivalência patrimonial	1.800.000,00
Receitas com vendas de mercadorias, produtos e serviços	8.732.000,00
Receitas financeiras	200.000,00
Materiais, energia e serviços de terceiros	- 1.750.000,00
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	- 841.000,00
Depreciação, amortização e exaustão	- 430.000,00

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, bem como a Resolução CFC nº 1.138/2008, que aprova a NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado, assinale o valor adicionado líquido produzido pela entidade e o valor adicionado total a distribuir, respectivamente.

- A) R\$ 3.291.000,00 e R\$ 5.291.000,00.
- B) R\$ 3.721.000,00 e R\$ 3.291.000,00.
- C) R\$ 3.721.000,00 e R\$ 5.291.000,00.
- D) R\$ 4.132.000,00 e R\$ 6.132.000,00.
- E) R\$ 4.562.000,00 e R\$ 6.562.000,00.

Questão 11

Em 31/12/2022, imediatamente antes do encerramento do exercício social de 2022, uma sociedade anônima de capital aberto constatou que o valor de sua máquina, um ativo imobilizado individual empregado na produção de componentes metálicos para comercialização, diminuiu significativamente no decorrer do ano de 2022, mais do que a sociedade esperaria como resultado da passagem do tempo ou uso da máquina em condições normais de operação. Antes do encerramento do exercício, a máquina estava registrada no patrimônio da sociedade ao valor contábil de R\$ 3.300.000,00, com expectativa de valor residual igual a zero ao final da sua vida útil remanescente (ano de 2025). No entanto, com base nessas informações, e na expectativa de impacto negativo na produtividade futura da máquina, a sociedade, aplicando dados de mercado, optou por mensurar o valor justo da máquina por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros anuais esperados líquidos de despesas de alienação. O objetivo da sociedade era assegurar que, ao encerrar o exercício social de 2022, a máquina estivesse registrada contabilmente por valor que não excedesse seu valor recuperável. Com esse propósito, foram projetados os seguintes fluxos de caixa futuros anuais esperados líquidos de despesas de alienação em 2023, 2024 e 2025, respectivamente: R\$ 720.000,00; R\$ 660.000,00; e, R\$ 500.000,00. Considerando exclusivamente as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 01 (R4) – Redução ao valor recuperável de ativos, e que a sociedade entendia que não havia razões para acreditar que o valor em uso da máquina excedesse materialmente seu valor justo líquido de despesas de alienação, assinale a alternativa que indica corretamente o valor contábil da máquina que deveria ser apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022. Admita que a sociedade considerou na mensuração o valor presente à taxa de desconto de 6% ao ano, que refletia as avaliações de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da máquina. Admita, ainda, o ano comercial com 360 dias.

- A) R\$ 1.420.000,00.
- B) R\$ 1.578.484,25.
- C) R\$ 1.613.547,43.
- D) R\$ 1.686.452,57.
- E) R\$ 1.880.000,00.

Questão 12

Na execução de procedimentos de identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e de seu ambiente, certo auditor analisou alguns eventos ou condições que, individual ou coletivamente, levantaram dúvidas significativas quanto à capacidade de a entidade manter sua continuidade operacional. Ao considerar as informações dos últimos anos, contidas nos relatórios contábeis, bem como em diálogos com a administração desta entidade, o auditor observou que a administração já havia realizado uma avaliação geral do negócio, tendo identificado incertezas relevantes sobre a capacidade de continuidade operacional da entidade. Considerando exclusivamente as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 570, que dispõe sobre a continuidade operacional, são exemplos de condições que, coletivamente, poderiam levantar dúvida significativa sobre a capacidade de a entidade manter sua continuidade operacional:

- A) Apresentar patrimônio líquido positivo; apresentar capital circulante líquido positivo; e, contratar funcionários para reposição de pessoal-chave da administração.
- B) Apresentar fluxos de caixa operacionais negativos; utilizar empréstimos de longo prazo para financiar ativos de curto prazo; e, pagar os credores nas datas de vencimento.
- C) Apresentar prejuízos operacionais significativos; evidenciar deterioração significativa do valor dos ativos usados para gerar fluxos de caixa; e, atrasar ou suspender dividendos.
- D) Apresentar capital circulante líquido negativo; ganhar mercado importante; e, apresentar intenções de adquirir concorrente altamente competitivo para expandir as operações.
- E) Apresentar capacidade de obter novos financiamentos para o desenvolvimento de produtos e/ou serviços essenciais; cumprir com os termos contratuais de empréstimos; e, não ser capaz de atender às exigências de capital, tais como exigências de solvência ou de liquidez para as instituições financeiras.

Questão 13

Tendo em vista que a CTA 27 dispõe sobre a emissão do relatório do auditor independente em relação às demonstrações contábeis de entidades de incorporação imobiliária, em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, analise as afirmativas a seguir.

- I. O critério a ser adotado para o reconhecimento de receita de contratos de incorporação imobiliária residencial no Brasil é a existência de estrutura de controles internos, condição *sine qua non* para a aplicação do POC, com padrão de qualidade adequado para o perfeito atendimento do atributo fundamental da representação fidedigna.
- II. O Ofício-Circular 02/2018 emitido pela CVM refere-se exclusivamente às entidades registradas na CVM; sendo assim, qualquer outra entidade do setor, seja companhia fechada ou sociedade limitada, não pode utilizá-lo como base para a elaboração das demonstrações contábeis, devendo cumprir outras interpretações, orientações e normas contábeis.
- III. O auditor deverá informar no seu relatório quando a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle seguirem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15).

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 14

O relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis de fundos de investimento deverá seguir os preceitos descritos na Resolução CFC nº 1.331/2011, que aprova o CTA 05. Essa norma define que os relatórios de auditoria sobre as demonstrações contábeis de fundos de investimento devem conter a expressão específica “práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a fundos de investimentos [identificar o tipo de fundo]”. A expressão deverá ser usada porque os fundos de investimento

- A) têm de usar práticas contábeis diferentes daquelas aplicáveis a outras entidades, a critério da administração, seguindo as regulamentações da CVM já incorporadas nas normas editadas pelo CFC.
- B) são isentos das regulamentações previstas no CFC para divulgação nas demonstrações contábeis; portanto, seguem as regulamentações específicas expressas para cada tipo de fundo pela CMV.
- C) devem seguir práticas contábeis específicas para cada modalidade de fundo previstas nas regulamentações da CVM e, portanto, ainda não requerem a adoção de todas as normas editadas pelo CFC.
- D) estão sujeitos às normas internacionais específicas para cada modalidade de fundo, as quais já foram plenamente convergidas no Brasil, e, portanto, estão obrigados a adotar todas as normas editadas pelo CFC.
- E) são obrigados a seguir todas as normas internacionais de auditoria, não sendo necessário mencionar as práticas contábeis específicas, visto que ao indicar o fundo já fica subentendido quais práticas foram adotadas.

Questão 15

A CTA 32 dispõe sobre procedimentos que devem ser observados quando o auditor independente for contratado para emitir Carta-Conforto em conexão com processo de oferta de títulos e valores mobiliários. Ao expressar conforto sobre determinadas informações contábeis incluídas no documento de oferta, o auditor independente poderá obter essas informações

- A) de métricas não contábeis apuradas de forma qualitativa pela administração da companhia.
- B) por meio de cálculo aritmético do valor ou percentual derivado de índices de inflação ou juros.
- C) de análises elaboradas pela administração da companhia, cujos valores devem ser derivados dos registros contábeis.
- D) de ativos ou passivos ou de outras informações segregadas em categorias obtidas de sistemas gerenciais, e não diretamente dos registros contábeis.
- E) de relatórios financeiros da entidade que não estão sujeitos aos procedimentos de revisão consoante às normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Questão 16

A CTA 32 dispõe sobre procedimentos de auditoria a serem considerados no processo de auditoria das demonstrações contábeis dos fundos de investimento e aborda os seus principais procedimentos substantivos aplicáveis. De acordo com a CTA 32, trata-se de um dos principais procedimentos substantivos aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário:

- A) Valorização das cotas detidas pelo fundo segundo os preços divulgados pelo administrador.
- B) Aplicação de testes documentais com o objetivo de comprovação da propriedade dos ativos da carteira.
- C) Obtenção dos extratos dos custodiantes dos ativos dos fundos e confronto com as informações da carteira.
- D) Análise das atas de aportes e desinvestimento de capital ocorridos no fundo, bem como fluxo financeiro atrelado a tais eventos.
- E) Confirmação do não reconhecimento de perdas desde a data inicial das operações até que seja entendido que houve uma evidência de redução no valor recuperável.

Questão 17

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Por meio da revisão das informações trimestrais, e considerando que o alcance da revisão é necessariamente maior do que o da auditoria, o auditor deverá expressar uma opinião de auditoria em seu relatório, informando que obteve segurança e tomou conhecimento de todos os assuntos significativos sobre o método de reconhecimento de receitas adotado por entidades de incorporação imobiliária, seja pelo percentual da evolução da obra ou pelo método das chaves.
- II. Para o caso específico do setor de incorporação imobiliária, a aplicação do método de reconhecimento de receita denominado como percentual da evolução da obra deverá indicar os fatores que deem causa ao início do processo de reconhecimento de receita, momento que representa a declaração da companhia, perante terceiros, de seu compromisso quanto ao desenvolvimento efetivo de empreendimento imobiliário.
- III. Para o caso específico do setor de incorporação imobiliária, somente o método de reconhecimento de receita denominado método das chaves deverá ser adotado por entidades do setor de incorporação imobiliária brasileiro, tendo em vista que ele capta o momento exato da transferência de riscos e benefícios do bem ou serviço comercializado ao cliente.

Considerando exclusivamente as Normas Brasileiras de Contabilidade CTR 04 – Relatório de revisão sobre as informações trimestrais (ITR) elaboradas por entidade de incorporação imobiliária e CTA 27 – Relatório sobre as demonstrações contábeis de entidade de incorporação imobiliária, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

Questão 18

A companhia de incorporação imobiliária deve identificar as promessas de transferir ao cliente o bem ou serviço e, ainda, avaliar quais são distintas para as quais a entidade avalia o reconhecimento de receita de forma individual. Nesse contexto, considerando exclusivamente as Normas Brasileiras de Contabilidade CTR 04 – Relatório de revisão sobre as informações trimestrais (ITR) elaboradas por entidade de incorporação imobiliária e CTA 27 – Relatório sobre as demonstrações contábeis de entidade de incorporação imobiliária, a companhia de incorporação imobiliária deverá reconhecer receitas quando:

- A) satisfizer as obrigações acessórias ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente.
- B) cumprir ou não as obrigações de performance do bem ou serviço prometido ao cliente.
- C) satisfizer as obrigações de performance, mesmo que o cliente ainda não tenha controle do bem ou serviço contratado.
- D) transferir o controle das obrigações acessórias, mesmo que o cliente ainda não tenha controle do bem ou serviço contratado.
- E) transferir o controle do bem ou serviço prometido ao cliente ou à medida que satisfizer às obrigações contratuais de performance ao transferir tal bem ou serviço.

Questão 19

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O nível elevado de rescisões e/ou anulações contratuais observadas no setor de incorporação imobiliária coloca em questionamento o método de reconhecimento da receita com base no percentual da evolução da obra, enfatizando a dispensabilidade de ajustamentos contábeis tempestivos sobre as estimativas de mensurações vinculadas às denominadas “provisões para distratos”.
- II. A política contábil de reconhecimento de receita, elaborada e aprovada pela entidade de incorporação imobiliária *ex ante* ao início de seu processo de implementação, deve especificar os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas a serem aplicadas na elaboração e na apresentação de suas demonstrações financeiras.
- III. Os ajustamentos contábeis tempestivos sobre as estimativas de mensurações vinculadas às denominadas “provisões para distratos” vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a entidade de incorporação imobiliária, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida.

Considerando exclusivamente as Normas Brasileiras de Contabilidade CTR 04 – Relatório de revisão sobre as informações trimestrais (ITR) elaboradas por entidade de incorporação imobiliária e CTA 27 – Relatório sobre as demonstrações contábeis de entidade de incorporação imobiliária, bem como o atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018, em relação ao reconhecimento da receita advinda da atividade de incorporação imobiliária, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 20

As informações seguintes foram descritas por um auditor sobre a revisão de informações trimestrais – ITR e direcionadas aos conselheiros e diretores de uma companhia de incorporação imobiliária:

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela companhia – para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída –, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle nas vendas de unidades mobiliárias, segue o entendimento da administração da companhia quanto à aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício-circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Dada a natureza do assunto e, ainda, considerando exclusivamente as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade – CTR 04, que trata do relatório de revisão sobre as informações trimestrais (ITR) elaboradas por entidade de incorporação imobiliária, assinale a afirmativa correta.

- A) O auditor deveria ter absterido de qualquer opinião em sua conclusão e estas informações não deveriam constar no relatório sobre a revisão de informações trimestrais.
- B) Espera-se que estas informações sejam incluídas pelo auditor em um parágrafo de “ênfase” no relatório sobre a revisão de informações trimestrais, chamando a atenção sobre a base de elaboração utilizada pela entidade na produção de suas informações trimestrais.
- C) Espera-se que estas informações sejam incluídas pelo auditor em um parágrafo de “ênfase” no relatório sobre a revisão de informações trimestrais, chamando a atenção sobre a base de elaboração utilizada pela entidade na elaboração de suas informações trimestrais; obrigando também o auditor a modificar sua conclusão para com abstenção.
- D) Espera-se que estas informações sejam incluídas pelo auditor em um parágrafo de “outros assuntos” no relatório sobre a revisão de informações trimestrais, chamando a atenção sobre a base de elaboração utilizada pela entidade na elaboração de suas informações trimestrais; obrigando também o auditor a modificar sua conclusão para adversa.
- E) Espera-se que estas informações sejam incluídas pelo auditor em um parágrafo de “alcance da revisão” no relatório sobre a revisão de informações trimestrais, chamando a atenção sobre a base de elaboração utilizada pela entidade na elaboração de suas informações trimestrais; obrigando também o auditor a modificar sua conclusão para em transição.

Questão 21

Considerando exclusivamente as Normas Brasileiras de Contabilidade CTR 04 – Relatório de revisão sobre as informações trimestrais (ITR) elaboradas por entidade de incorporação imobiliária e CTA 27 – Relatório sobre as demonstrações contábeis de entidade de incorporação imobiliária, são questões centrais na aplicação da NBC TG 47 as transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas realizadas por companhias registradas na CVM do setor de incorporação imobiliária:

- A) A estrutura de controles internos; o valor preditivo e confirmatório das demonstrações contábeis; e, o reconhecimento de receitas exclusivamente pelo método das chaves.
- B) A realização de ajustamentos tempestivos pelo auditor nos contratos vigentes do Minha Casa, Minha Vida e outros contratos de compra e venda de imóveis com financiamento na planta.
- C) A estrutura de controles internos; o valor preditivo e confirmatório das demonstrações contábeis; e, o reconhecimento de receitas exclusivamente pelo método de percentual da evolução da obra.
- D) O foco no contrato; o monitoramento contínuo dos contratos; a estrutura de controles internos; a realização de ajustamentos tempestivos; e, o valor preditivo e confirmatório das demonstrações contábeis.
- E) O dever de o auditor incluir na conclusão do relatório de asseguarção as características dos contratos de compra de bem ou serviço imobiliário; como ocorreu o monitoramento contínuo dos contratos; qual a estrutura de controles internos da entidade; se ocorreram ajustamentos tempestivos; e, qual o valor preditivo e confirmatório das demonstrações contábeis.

Questão 22

A NBC TO 3420 (R1) trata dos trabalhos de asseguarção razoável de atestação executados por auditor independente para emitir relatório sobre a compilação de informações financeiras *pro forma* incluídas em prospecto pela parte responsável. Em muitas jurisdições as leis ou os regulamentos aplicáveis proíbem a publicação de prospecto que contenha opinião modificada sobre a compilação das informações financeiras *pro forma*, com base nos critérios aplicáveis. Quando o auditor independente determinar que uma opinião modificada é apropriada, ele deverá discutir o assunto com a parte responsável. De acordo com a NBC TO 3420 (R1), se a parte responsável não realizar as mudanças necessárias, o auditor independente:

- A) Deverá emitir o relatório com a opinião modificada e denunciar aos órgãos reguladores.
- B) Não poderá emitir o relatório, deverá retirar-se do trabalho ou buscar assessoria jurídica.
- C) Deverá avaliar se as informações financeiras *pro forma* estão totalmente inadequadas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis.
- D) Deverá emitir o relatório, destacando no parágrafo de ênfase as inconsistências encontradas, os motivos de discordância do responsável e, ainda, assina-lo individualmente.
- E) Deverá verificar as inconsistências do relatório e, ainda, emitir um parecer de acordo com os termos da contratação, incluindo qualquer efeito sobre o desempenho da entidade.

Questão 23

A NBC-CTO 07, de 7 de abril de 2022, trata sobre os trabalhos de asseguarção limitada referentes às informações não financeiras contidas no relato integrado. Os trabalhos de asseguarção limitada previstos nesta norma também devem submeter-se à análise requerida pela norma de asseguarção NBC TO 3000, que estabelece a necessidade de entender as circunstâncias do trabalho, bem como as exigências éticas aplicáveis, incluindo a independência. De acordo com a CTO 07, os critérios que o auditor independente espera que sejam aplicados na elaboração da informação do objeto apresentam as seguintes características:

- A) Relevância; confiabilidade; comparabilidade; e, compreensibilidade.
- B) Informação completa; neutra; legalmente provável; e, livre de distorções.
- C) Relevância; integralidade; materialidade; neutralidade; e, comparabilidade.
- D) Representação fidedigna; materialidade; custo-benefício; e, verificabilidade.
- E) Relevância; integralidade; confiabilidade; neutralidade; e, compreensibilidade.

Questão 24

O auditor independente deve considerar a materialidade quando planejar e executar seu trabalho, inclusive ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos; e, ainda, avaliar se a informação do objeto está livre de distorções relevantes. Para a elaboração do relato integrado, a determinação de materialidade deve ser documentada com as principais premissas suportadas, e somente as informações materiais devem ser apresentadas, visando um relato conciso e objetivo do processo de geração de valor de uma organização. De acordo com a NBC-CTO 07, de 7 de abril de 2022, o processo para determinar a materialidade para fins de elaboração e apresentação do relato integrado envolve, dentre outros elementos:

- A) A priorização de temas com base na sua importância relativa, considerando aspectos qualitativos e quantitativos.
- B) A avaliação da importância das decisões financeiras no tocante ao efeito potencial sobre a geração de valor e aumento da lucratividade.
- C) A determinação de informações qualitativas divulgadas sobre as decisões de integração entre usuários internos e externos da entidade.
- D) A verificação dos dados quantitativos que possibilitam avaliar o valor gerado pelas operações e distribuídos aos diferentes grupos de *stakeholders*.
- E) A identificação das operações financeiras e econômicas, com base na sua capacidade de afetar a geração e o desempenho financeiro da organização, considerando aspectos exclusivamente quantitativos.

Questão 25

Em algumas circunstâncias, o auditor independente pode considerar necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado em atendimento à NBC TO 3420 (R1). O auditor independente deverá incluir parágrafo de ênfase no seu relatório, desde que ele tenha obtido evidência apropriada e suficiente de que o assunto não afeta a compilação das informações, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis. Considerando as orientações estabelecidas na NBC TO 3420 (R1) para elaboração do parágrafo de ênfase, é correto afirmar que ele deverá

- A) referir-se apenas a informações operacionais que não foram compreendidas pelas demonstrações contábeis e notas explicativas.
- B) referir-se apenas a informações financeiras apresentadas ou divulgadas nas informações financeiras *pro forma* ou nas respectivas notas explicativas.
- C) referir-se às informações observadas no trabalho da auditoria que não foram apresentadas ou divulgadas nas informações financeiras *pro forma* e as informações nas respectivas notas explicativas.
- D) destacar as principais conclusões do trabalho de auditoria que fundamentam a opinião do auditor, evidenciando os aspectos relevantes com base nos critérios aplicáveis para execução dos trabalhos.
- E) referir-se apenas a informações financeiras apresentadas ou divulgadas nas informações financeiras e obrigatórias nos casos de opinião modificada em que parte responsável não concordar em fazer as mudanças necessárias.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação, serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

Questão 01

A NBC TA 540 (R2), de 17 de outubro de 2019, trata das responsabilidades do auditor em relação a estimativas contábeis e divulgações relacionadas na auditoria de demonstrações contábeis, estabelecendo, em seu item 22 que, ao testar como a administração elaborou a estimativa contábil, os procedimentos adicionais de auditoria devem incluir procedimentos planejados e realizados de acordo com os itens de 23 a 26 da referida norma para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação aos riscos de distorção relevante referentes:

- a) à seleção e à aplicação dos métodos, das premissas significativas e dos dados usados pela administração na elaboração da estimativa contábil; e,
- b) como a administração selecionou a estimativa pontual e elaborou as divulgações relacionadas sobre a incerteza da estimativa.

No contexto da definição dos procedimentos adicionais de auditoria para testar como a administração elaborou a estimativa contábil, e, ainda, de acordo com os itens de 23 a 26 da NBC TA 540 (R2) 2019, disserte sobre as ações que devem ser abordadas nos procedimentos adicionais de auditoria com relação às premissas significativas, bem como as ações a ser abordadas nos procedimentos adicionais de auditoria com relação aos dados.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 02

A Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, dispõe sobre procedimentos que devem ser observados quando o auditor independente for contratado para emitir Carta-Conforto em conexão com processo de oferta de títulos e valores mobiliários. Neste contexto, considere os mandamentos a seguir:

- a) A Carta de Contratação, que deve definir claramente o alcance dos trabalhos e as responsabilidades do auditor independente em relação aos serviços a serem por ele prestados na oferta, relacionados com a emissão das Cartas-Conforto, é celebrada por quais partes?
- b) Disserte sobre cinco dos principais objetivos subjacentes à exigência de obtenção pelo auditor independente de Carta de Contratação, em relação à emissão das Cartas-Conforto para ofertas de títulos e valores mobiliários.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



CFC



CFC

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde a sua área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas, que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 13 de novembro de 2023.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 14 de novembro de 2023 às 23h59min do dia 16 de novembro de 2023. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente a este Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 20/12/2023, na página do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 21/12/2023 até às 23h59min do dia 22/12/2023, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.